



CIRCULAR TÉCNICA DE INFORMAÇÃO

ADVISORY CIRCULAR

CTI 21-01 - EDIÇÃO 1

ASSUNTO: COVID-19 - Extensão excecional do prazo de validade dos Certificados de Avaliação de Aeronavegabilidade.

1.0 APLICABILIDADE

Esta CTI é aplicável a todas as organizações de gestão da continuidade de aeronavegabilidade (Parte M Subparte G, Parte CAMO e Parte CAO do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, relativo à aeronavegabilidade permanente das aeronaves e dos produtos, peças e equipamentos aeronáuticos, bem como à certificação das entidades e do pessoal envolvidos nestas tarefas), no que se refere à extensão de Certificados de Avaliação de Aeronavegabilidade, conforme aplicável.

2.0 OBJETIVO

A presente CTI procede à publicitação da deliberação do Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) de conceder uma extensão excecional aos prazos de validade dos Certificados de Avaliação de Aeronavegabilidade emitidos ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014.

3.0 DATA DE ENTRADA EM VIGOR

A presente CTI entra em vigor a 15 de janeiro de 2021.

4.0 DESCRIÇÃO

Introdução

4.1 Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, como uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, tendo, em 11 de março de 2020, classificado esta doença como uma pandemia internacional.

Ao nível do setor da aviação civil é, necessário adotar medidas de exceção que permitam garantir ou assegurar a normalidade e continuidade da validade dos Certificados de Avaliação de Aeronavegabilidade, que no presente momento ou nos próximos dias ou semanas, teriam de ser reavaliados para efeitos de verificação da manutenção dos requisitos legalmente previstos e, para efeitos de eventual revalidação.

Considerando a situação de pandemia resultante da doença COVID-19, as medidas adotadas pelo Governo português e a necessidade de adotar medidas ao nível da aviação civil, a ANAC emitiu a CTI 20-05 e a CTI 20-06, concedendo uma extensão adicional por oito meses aos Certificados de Avaliação de Aeronavegabilidade que expirassem entre 1 de abril de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

Na data de 15 de janeiro de 2021, o Governo Português decretou a renovação do Estado de Emergência no país, acompanhado por medidas de confinamento mais restritivas, o que não permitiu restabelecimento total das ligações aéreas.

Assim, o Conselho de Administração da ANAC deliberou no sentido de excecionalmente permitir uma nova extensão adicional à validade dos Certificados de Avaliação de Aeronavegabilidade visando assim reduzir a severidade das interrupções que, de outra forma, ocorreriam devido às dificuldades na realização de uma inspeção adequada, sempre que não for possível deslocar a aeronave para um local onde existam meios para realizar uma inspeção física.

Extensão excecional à data de validade do Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade, o qual iria ser emitido pela ANAC (Form 15a):

4.2 É permitida uma extensão do período de validade por oito meses ao Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade, que não possa ser estendido, ao abrigo da norma M.A.901 ou ML.A.901 ambas do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, conforme aplicável, e expire entre 15 de janeiro de 2021 e 31 de julho de 2021.

Para beneficiar da referida extensão excecional, deve ser cumprido o seguinte:

1. As condições para uma extensão do Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade em conformidade com as alíneas b) e j) da norma M.A.901 ou com a alínea c) da norma ML.A.901, ambas do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, conforme aplicável;
2. Ter sido realizada uma análise documentada completa em conformidade com a alínea k) da norma M.A.901 ou com a alínea a) da norma ML.A.903, ambas do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, conforme aplicável, de forma satisfatória;
3. Não existirem evidências ou indicações de que a aeronave não esteja aeronavegável;
4. Não ser possível deslocar a aeronave para território português.
5. A nova data de validade, a referência à presente CTI, a assinatura e a data serem anotadas pela pessoa autorizada no Certificado; e
6. Uma cópia do Certificado de Avaliação da Aeronavegabilidade cujo prazo de validade foi estendido, e da análise documental completa conforme referido no ponto 2, serem enviadas para esta Autoridade dentro do prazo de 10 dias úteis após a extensão, enviando um *e-mail* para aer.notificacoes@anac.pt.

Caso o Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade de uma aeronave seja estendido ao abrigo da presente CTI, se existir um processo de Avaliação de Aeronavegabilidade a decorrer nesta Autoridade para a mesma aeronave, o mesmo fica sem efeito, assim como toda a documentação técnica associada ao processo.

Extensão excecional à data de validade do Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade o qual iria ser emitido por uma Organização com privilégios para tal (Form 15b):

4.3

É permitida uma extensão do período de validade por oito meses ao Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade, que não possa ser estendido, ao abrigo da norma M.A.901 ou ML.A.901 ambas do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, conforme aplicável, e expire entre 15 de janeiro de 2021 e 31 de julho de 2021.

Para beneficiar da referida extensão excecional, deve ser cumprido o seguinte:

1. As condições para uma extensão do Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade em conformidade com as alíneas b) e j) da norma M.A.901 ou com a alínea c) da norma ML.A.901, ambas do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, conforme aplicável;
2. Ter sido realizada uma análise documentada completa em conformidade com a alínea k) da norma M.A.901 ou com a alínea a) da norma ML.A.903, ambas do Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, conforme aplicável, de forma satisfatória;
3. Não existirem evidências ou indicações de que a aeronave não esteja aeronavegável;
4. Não ser possível deslocar a aeronave para território português.
5. A nova data de validade, a referência à presente CTI, a assinatura e a data serem anotadas pela pessoa autorizada no Certificado; e

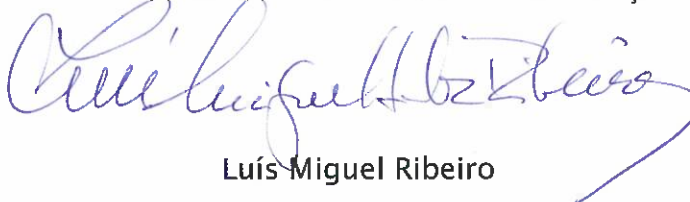
6. Uma cópia do Certificado de Avaliação da Aeronavegabilidade cujo prazo de validade foi estendido, e da análise documental completa conforme referido no ponto 2, serem enviadas para esta Autoridade dentro do prazo de 10 dias úteis após a extensão, enviando um *e-mail* para aer.notificacoes@anac.pt.

Caso o Certificado de Avaliação de Aeronavegabilidade de uma aeronave seja estendido ao abrigo da presente CTI, se existir um processo de Avaliação de Aeronavegabilidade a decorrer para a mesma aeronave, o mesmo fica sem efeito, assim como toda a documentação técnica associada ao processo.

5.0 REFERÊNCIAS

- Regulamento (UE) 2018/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2018, relativo a regras comuns no domínio da aviação civil que cria a Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação;
- Regulamento (UE) n.º 1321/2014 da Comissão, de 26 de novembro de 2014, relativo à aeronavegabilidade permanente das aeronaves e dos produtos, peças e equipamentos aeronáuticos, bem como à certificação das entidades e do pessoal envolvidos nestas tarefas.
-

O Presidente do Conselho de Administração



Luís Miguel Ribeiro

EDIÇÃO 1 DE 15 DE JANEIRO DE 2020

